



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ATUALIDADE

Sunamita de Souza Belido¹
David de Brito²

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo teórico sobre as práticas pedagógicas da atualidade adotadas na Educação infantil. O principal objetivo é buscar subsídios teóricos que justifiquem a importância e aplicabilidade das práticas educativas da atualidade nas escolas públicas, técnicas de ensino que podem ser utilizadas como um auxílio para o docente tornar mais efetivo seu modo de educar. Além disso, pretende-se abordar em que condições e o momento histórico em que tais técnicas foram desenvolvidas. Os procedimentos metodológicos foram orientados pela abordagem qualitativa, por intermédio da revisão bibliográfica, documental e levantamento de dados. As discussões obtiveram subsídios pelo diálogo com diferentes autores e os resultados são apresentados através dos contrapontos entre os estudiosos do tema, observando a importância da teoria para a prática docente apontando seus princípios e as formas de contribuição das práticas e tendências pedagógicas da atualidade como sendo uma inovação para a sala de aula.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas da atualidade, Educação Infantil, Legislação.

INTRODUÇÃO

As grandes transformações ocorridas no âmbito familiar e social que tiveram como marco a sociedade moderna resultaram na privatização do espaço familiar, que a partir desse momento então passa a ser organizado em torno da criança. Contudo, a responsabilidade da família pela proteção, educação e socialização da criança sofreu novas transformações a partir do desenvolvimento do modelo urbano-industrial, que teve como consequência uma propagação das desigualdades sociais e da própria constituição da infância.

A temática acerca das práticas educativas atuais nos processos de ensino e aprendizagem é de fundamental importância no contexto escolar. O presente estudo requer reflexões que buscam desenvolver a autonomia nos processos de ensinar e aprender e os métodos de ensino inovadores proporcionam possibilidades distintas de

¹Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade de Sol UNADES - PY, sunamita.belydo@hotmail.com;

²Professor orientador: Mestre da Educação, Faculdade de Teologia e Ciências FATEC – SP, daviddebrito169@hotmail.com;



aprendizagem visando suprir as dificuldades no processo de ensinar. Nesse sentido, o objetivo principal é o de buscar subsídios teóricos que justifiquem a importância e aplicabilidade das práticas educativas da atualidade nas escolas públicas.

A Importância da Educação Infantil na Formação do Cidadão é um assunto que deve ser afirmado frente aos profissionais da Educação, observando a diferença, no 1º ano do Ensino fundamental, entre os alunos que cursaram e não cursaram a Educação Infantil; e esclarecendo de que maneira essa etapa da educação pode contribuir na formação cognitiva e social do homem. Essa etapa educacional apresenta elevado valor, uma vez que durante esse período da vida é formada a personalidade da criança, determinando fatores que influenciarão no adulto em que se tornará. Contudo, ainda não há considerável conhecimento e valorização dessa etapa de ensino, tornando-se necessária a divulgação de seus benefícios e sua significativa colaboração na melhoria da qualidade de vida. O método utilizado é de natureza qualitativa, orientada pela revisão bibliográfica.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico de revisão bibliográfica torna-se importante na produção do conhecimento científico, uma vez que é capaz de gerar hipóteses ou interpretações que podem servir de ponto de partida para outras pesquisas acerca da temática das práticas pedagógicas da atualidade e a legislação. As indagações motivadoras desta pesquisa baseiam-se nas seguintes questões: Qual a importância da utilização da prática pedagógica na educação infantil? Qual o conceito de educação na sociedade atual? O que diz a legislação sobre a educação infantil? As discussões obtiveram subsídios pelo diálogo com diferentes autores dentre os principais destacam-se, Anastasiou (2015), Berbel (2011), Libâneo (2004), Martins (1991), dentre outros. O presente artigo responde as questões mencionadas, sendo baseadas nos estudos de teóricos voltados para o tema específico, podendo ainda, os educadores e as áreas afins, fazer uso da leitura que segue, como um indício teórico para a prática docente na sala de aula, baseada nas práticas educativas do ensino e da aprendizagem na educação infantil.



A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE ATUAL

É preciso esclarecer que há uma diferença em ser professor e educador. O professor trabalha sem interesse e sem prazer, apenas para obter um salário no fim do mês. Já um educador tem paixão pelo que faz, dedica-se ao máximo e a sua realização está completa quando sente que o seu trabalho está sendo bem desenvolvido e alcançando os objetivos propostos.

Infelizmente temos poucos educadores e muitos professores que possuem uma prática pedagógica ultrapassada, adquiridas quando eles estudaram na escola; assim, ficam isolados na maneira como aprenderam as coisas, dificultando a aquisição de novos métodos de ensino. Outros já se baseiam na última tendência da moda e não acabam refletindo sobre a eficácia da mesma, tornando o seu trabalho incompleto, pois assim não se atinge os reais objetivos da educação. Muitos professores têm na cabeça a escola nova, porém acabam por trabalhar embasados na escola tradicional porque a realidade em que se vive não oferece as condições para a prática dos métodos da escola nova, sem contar que é preciso ainda dar ênfase ao tecnicismo.

Para Antunes (2004), se a ciência mostra que o período que vai da gestação até o sexto ano de vida é o mais importante na organização das bases para as competências e habilidades desenvolvidas ao longo da existência humana, prova-se que a etapa educacional referente a essa faixa etária é imprescindível para o seu desenvolvimento. Mas será que a Educação Infantil pode realmente contribuir na formação de um cidadão crítico?

De acordo com Terencio (2004), para responder a essa questão propõe-se como objetivo geral afirmar a importância da Educação Infantil para a formação crítica e reflexiva do cidadão frente à formação dos profissionais da área educacional. De acordo com a autora, os objetivos específicos que se ramificam da proposta inicial apresentam-se com a finalidade de comparar e identificar as diferenças nos obstáculos sociais e educacionais enfrentados pelas pessoas que não cursaram a Educação Infantil e entram direto na primeira fase do Ensino Fundamental; identificar de que maneira a Educação Infantil pode contribuir na formação do cidadão crítico/reflexivo.



Na medida em que se foi prolongando o tempo de infância, como um período em que a criança é preservada do mundo do trabalho, isso é acompanhado de um reconhecimento social da criança, mas não de uma garantia do direito à infância. Como afirma Rocha (2001): “Uma sociedade de extremas diferenças resulta no convívio com diferentes infâncias: a vivida por crianças que têm um pleno reconhecimento dos seus direitos e por aquelas que não têm nenhum destes mesmos direitos garantidos”. Como afirma Arroyo (1994): “A reprodução da infância deixa de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família. É a sociedade que tem que cuidar da infância. É o Estado que, complementando a família, tem que cuidar da infância (...) que hoje tem que ser objeto dos deveres públicos do Estado, da sociedade como um todo. Infância que muda que se constrói que aparece não só como sujeito de direitos, mas como sujeito público de direitos, sujeito social de direitos”.

Essa reflexão nos leva a crer que as instituições é que passam a ser corresponsáveis pela criança e muitas vezes, na ânsia da “preparação para o futuro”, priorizam uma escolarização precoce, preocupada com a inserção na escola de Ensino Fundamental. Entretanto, como afirma Rocha (2001): “A educação infantil tem uma identidade que precisa considerar a criança como um sujeito de direitos, oferecendo-lhe condições materiais, pedagógicas, culturais e de saúde para isso, de forma complementar à ação da família”.

Em alguns países mais desenvolvidos, a Educação Infantil é vista como uma tarefa pública socialmente compartilhada e que, por sua vez, reflete-se em políticas públicas que respeitam os direitos da criança e associam-se, frequentemente, às políticas sociais voltadas para a família, com o intuito de viabilizar uma educação que contemple as múltiplas dimensões humanas.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ADOTADAS EM SALA DE AULA

A educação sempre foi alvo de constantes discussões e apontamentos que motivaram sua evolução em vários aspectos, principalmente no que tange a condução de metodologias de ensino por nossos educadores e a valorização do contexto escolar



formador para nossos alunos. Nesse aspecto GADOTTI (2000:4), pesquisador desse processo afirma que, enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa.

Surge de forma mais clara a educação nova a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terão um lugar garantido na educação do futuro. (GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação, 2000).

Diante de inúmeras e constantes transformações e modificações sofridas por nossa sociedade no decorrer do tempo, GADOTTI (2000:6) afirma que:

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações. (GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação, 2000).

A escola contemporânea sofre com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde as informações são atualizadas em frações de segundos, ocasionando de certa forma, o desgaste e o comprometimento das ações voltadas para o aprimoramento do ensino, fazendo com que a sala de aula se torne um ambiente de pouca relevância para a consolidação do conhecimento, tornando a vivência social o requisito primordial para a busca de aprendizado, sobre essa escola, AMÉLIA HAMZE (2004:1) afirma em seu artigo “O Professor e o Mundo Contemporâneo”, que: Como educadores não devemos identificar o termo informação como conhecimento, pois, embora andem juntos, não são palavras sinônimas. Informações são fatos, expressão, opinião, que chegam as pessoas por ilimitados meios sem que se saiba os efeitos que acarretam. Conhecimento é a compreensão da procedência da informação, da sua dinâmica própria, e das consequências que dela advém, exigindo para isso um certo grau de racionalidade. A apropriação do



conhecimento, é feita através da construção de conceitos, que possibilitam a leitura crítica da informação, processo necessário para absorção da liberdade e autonomia mental. (HAMZE, A. O professor e o mundo contemporâneo, 2004).

GADOTTI (2000:8), sobre o assunto afirma que seja qual for à perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superada à dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural.

EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUAL CONSTITUIÇÃO

Sabe-se que a educação e o cuidado na primeira infância vêm sendo tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, por um número cada vez maior de países em todo o mundo. No Brasil, a Educação Infantil - isto é, o atendimento a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas - é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica.

Nesse sentido, de acordo com Barros (2008), várias pesquisas realizadas nos anos de 1980 já mostravam que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano e a formação da inteligência e da personalidade; entretanto, até 1988, a criança brasileira com menos de 7 anos de idade não tinha direito à Educação. A Constituição atual então reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. A partir daí a Educação Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando então a integrar a política nacional de educação.

No que se refere à Educação Infantil, o Plano Nacional de Educação aponta várias metas qualitativas, como afirma Barros (2008):



"Em primeiro lugar, determina que sejam elaborados, no prazo de um ano, padrões de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil. Esses padrões também devem orientar novas autorizações de funcionamento. O Plano define que o executivo municipal deve assumir a responsabilidade pelo acompanhamento, controle e supervisão das creches e pré-escolas. Também exige a colaboração entre os setores de educação, saúde e assistência, bem como entre os três níveis de governo, no atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade. E determina a efetiva inclusão das creches no sistema nacional de estatísticas educacionais. Outra meta importante é assegurar que, em todos os Municípios, além de outros recursos municipais, 10% (dos 25%) das verbas de manutenção e desenvolvimento do ensino sejam aplicados, prioritariamente, na Educação Infantil. Para isso, exige a colaboração da União". Barros (2008).

Segundo o que consta no PNE em relação à formação dos professores e dirigentes, o PNE prevê a implantação de um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil para garantir que, em dez anos, todos os dirigentes de creches e pré-escolas e 70% dos professores tenham nível superior. Prevê, ainda, no prazo de três anos, a execução de programa de formação em serviço para profissionais da Educação Infantil e pessoal auxiliar, a cargo dos Municípios. Neste caso, o PNE exige a colaboração da União e recomenda a articulação com instituições de ensino superior e com Estados. Também determina que os novos profissionais admitidos na Educação Infantil tenham titulação mínima de nível médio, modalidade normal, dando-se preferência à admissão de graduados em curso específico de nível superior.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da constatação de que as experiências da primeira infância são determinantes para o desenvolvimento do ser humano, pode-se considerar que o papel do profissional de creches e pré-escolas passa por reformulações profundas e, como decorrência, as exigências relacionadas à sua formação começam a ser repensadas.

Em 1996, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, estabeleceu que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e tem por finalidade promover o desenvolvimento



integral da criança até 6 anos de idade. Sobre a formação de docentes, a Lei determina, no artigo 62, que para atuar na educação básica é preciso nível superior em universidades ou institutos superiores de educação, admitindo como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil, bem como nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental, a de nível médio, na modalidade Normal. Prevê ainda que em um prazo de dez anos só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados em serviço.

O Plano Nacional de Educação - (PNE, 2001) -, estabelece como meta um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil para garantir que todos os dirigentes de instituições deste nível de ensino possuam no prazo de cinco anos, formação em nível médio e, em dez anos, nível superior. Todos (as) os (as) professores (as) também deverão ter nível médio em cinco anos e 70% deles (as), nível superior em dez anos. No entanto, de acordo com os profissionais da educação, esses prazos são curtos demais para serem cumpridos. As exigências descritas implicam retorno à escola por parte dos profissionais de Educação Infantil que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio, por meio de programas supletivos especiais e também de programas de formação em serviço.

Barros (2020) apresenta a seguinte questão:

"Outro problema é que a graduação em Pedagogia não oferece uma formação específica para docentes da Educação Infantil. Em 1999, foi instituído o Curso Normal Superior, organizado pelos Institutos de Educação para formar professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, com projetos acadêmicos distintos para cada etapa. Especialistas da área têm posições controversas a respeito da criação do Curso Normal Superior. Segundo o MEC, a estrutura curricular deste curso deve incluir conhecimentos básicos, possibilitando a compreensão crítica da escola e do contexto sociocultural, conhecimentos relativos ao exercício da docência, conhecimentos didático-pedagógicos e prática pedagógica. A formação inclui especificidades da educação de 0 a 3 anos de idade e de 4 a 6 anos; fundamentos da Educação Infantil; formação social e pessoal; conhecimento do mundo, da natureza e da sociedade; saúde, nutrição e proteção (cuidar); corpo e movimento (brincar); teatro, música e artes plásticas. Todos os cursos na modalidade Normal Superior em funcionamento estão em processo de reconhecimento pelo MEC". Barros (2020).



Sabemos que é na Educação Infantil que a criança adquire os primeiros preparos para o convívio social, tem as primeiras noções de valores morais e também, através de atividades apropriadas, aprimora suas capacidades cognitivas e motoras. É fundamental, pensar na necessidade do bom preparo do professor para que desenvolva atividades adequadas a esta faixa etária das crianças. É necessário repensar a prática educativa das escolas onde, comumente, são designados os professores menos preparados e menos comprometidos para trabalhar com a Educação Infantil, já que é uma fase escolar que não possui obrigatoriedade legislativa, sem precisar apresentar resultados quanto ao desempenho do aluno, ou seja, muitos professores preferem a Educação Infantil "por não haver cobranças e não precisar apresentar resultados".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo, visa apresentar o que se espera e o que se quer na sala de aula, utilizando as práticas pedagógicas educativas atuais e metodologias ativas, que segundo Fava (2016) representam uma nova construção de conhecimento onde o indivíduo através de novos métodos e simulações, desenvolvem o conhecimento por meio da participação assídua do processo de aprendizagem, uma vez que o aluno ajuda a construir seu conhecimento como agente ativo no processo metodológico.

São incontestáveis as mudanças sociais registradas nas últimas décadas e, como tal, a escola e o modelo educacional vivem um momento de adaptação frente a essas mudanças.

As práticas pedagógicas da atualidade vêm favorecer amplamente na desenvoltura e senso crítico e, especialmente na autonomia do estudante enquanto ser que pensa e que direciona o caminho que pretende alcançar. Importa salientar que, assim como ocorre com as teorias, a escolha por uma metodologia por si só não seria a solução, posto que não seja garantia de eficácia, não transforma o mundo ou mesmo a educação. E ainda, deve-se observar que, toda prática educativa deve sempre ter um caráter intencional e necessita de planejamento e sistematização.



Num contexto geral, o professor, antes de qualquer outra característica, deve assumir uma postura investigativa de sua própria prática, refletindo sobre ela a fim de reconhecer problemas e propor soluções: Ele não conhece de antemão a solução dos problemas que surgirão em sua prática; deve construí-la constantemente ao vivo, às vezes, com grande estresse, sem dispor de todos os dados de uma decisão mais clara. Isso não pode acontecer sem saberes abrangentes, saberes acadêmicos, saberes especializados e saberes oriundos da experiência (PERRENOUD, 2002, p. 11).

Na sociedade da informação, a escola deve servir de bússola para navegar nesse mar do conhecimento, superando a visão utilitarista de só oferecer informações “úteis” para a competitividade, para obter resultados.

Segundo Ladislau Dowbor (1998:259), a escola deixará de ser “leccionadoras” para ser “gestora do conhecimento”. Prossegue dizendo que pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento. A educação tornou-se estratégica para o desenvolvimento, mas, para isso, não basta “modernizá-la”, como querem alguns. Será preciso transformá-la profundamente.

O professor nesse contexto deve ter em mente a necessidade de se colocar em uma postura norteadora do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel fundamental no desenvolvimento intelectual de seu aluno, podendo ele ser o foco de crescimento ou de introspecção do mesmo quando da sua aplicação metodológica na condução da aprendizagem. Sobre essa prática, GADOTTI (2000:9) afirma que “nesse contexto, o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos”. Ele afirma ainda que,

Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. Diante dos falsos pregadores da palavra, dos marketeiros, eles são os verdadeiros “amantes da sabedoria”, os filósofos de que nos falava Sócrates. Eles fazem fluir o saber (não o dado, a informação e o puro conhecimento), porque constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam, juntos, um mundo mais justo, mas produtivo e mais



saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis. (GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação, 2000).

HAMZE (2004:1) em seu artigo “O Professor e o Mundo Contemporâneo” considera que os novos tempos exigem um padrão educacional que esteja voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e de habilidades essenciais, a fim de que os alunos possam fundamentalmente compreender e refletir sobre a realidade, participando e agindo no contexto de uma sociedade comprometida com o futuro. (HAMZE, A. O professor e o mundo contemporâneo, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise deste conteúdo, percebemos que a prática educacional não é um processo acabado, com um começo específico e um fim já determinado. A educação está em constante mudança, na escola tradicional os educadores agiam de uma maneira, na "escola nova" era outra forma de agir, na escola tecnicista também houve mudanças e talvez seja a que mais foi criticada. Entretanto, devemos estar conscientes que todo processo muda com o tempo e com a escola não seria diferente; todas essas técnicas de ensino foram e são utilizadas em momentos pertinentes que podem auxiliar o educador e o aluno.

A busca de uma nova reflexão no processo educativo, faz-se necessário onde o professor passe a vivenciar essas transformações de forma a beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem com seu aluno, sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade.

Pelo exposto, vimos que a atual Constituição Federal é liberal no aspecto relacionado à educação e, em particular, a Educação Infantil. Entretanto, é necessário que a sociedade se mobilize cada vez mais no sentido de tornar esse arcabouço jurídico mais efetivo permitindo, finalmente, que a educação seja um verdadeiro e eficaz instrumento de justiça e enfoque motivador desse processo.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil**: prioridade imprescindível. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel. **O significado da infância**. In: Anais do Seminário Nacional de Educação Infantil. Brasília, MEC / SEF /COEDI, 1996.

BARROS, Miguel Daladier. **Educação infantil: o que diz a legislação** . Disponível em <http://www.lfg.com.br>. 12 de novembro de 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 7ª edição. São Paulo: Ática.

ROCHA, Eloisa Acires. **A Função Social das Instituições de Educação Infantil**. Revista Conteúdo/Escola. Disponível em <http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/81/42/1/1/>. Acesso feito no dia 10 de janeiro de 2011.

TERENCIO, Janice T. W. **Repensando a Educação Infantil**, 2004. Revista Conteúdo/Escola. Disponível em <http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/81/42/1/1/>. Acesso feito em 05 de janeiro de 2011.

BRITO, Antonia Edna. Formar professores: discutindo o trabalho e os saberes docentes. In: MENDES SOBRINHO, José Augusto de C; CARVALHO, Marlene A. (Orgs.) **Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 208p.

NÓVOA, Antônio. A formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido;

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 2002.

MORAN, José. Mudanças necessárias na educação, hoje: Ensino e Aprendizagem Inovadores com apoio de tecnologias. Campinas, Papirus, 2014.

MEC. **Apud SENAC**. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. SC. **Projeto Político Pedagógico**. Versão Preliminar. Concórdia (SC), 2008b.

OLIVEIRA JUNIOR, Waldemar. A formação do professor para a Educação Profissional de nível médio: tensões e (in)tenções. **Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI-SP**. v. 2, n.3. 2008. Escola SENAI Antonio Souza Noschese. Disponível em <<http://revistaeletronica.sp.senai.br>>. Acesso em 30 set. 2008. p. 8.